

OS RECURSOS HUMANOS NAS FORÇAS ARMADAS

ALGUMAS QUESTÕES

O MITO E A REALIDADE

Ao abordar a problemática associada aos recursos humanos nas Forças Armadas, designadamente nos aspetos relacionados com a sua escassez associada à dificuldade de recrutamento e de retenção, bem como à indiferença que o poder, a sociedade e a opinião pública em geral lhe dedicam, sou levado a sublinhar como mito a ideia que perpassa de que a paz é um dado adquirido e que os riscos e ameaças não se colocam a Portugal e aos portugueses e que mesmo que tal venha a acontecer outros tratarão do assunto.

Esta perspetiva que a história sempre desmentiu e poderá voltar mais brevemente do que se possa avaliar a desmentir, justifica a inexistência de uma cultura nacional de informação pública e de educação para a cidadania onde a defesa nacional só marginalmente tem lugar.

Nos sistemas democráticos, em regra, o poder e os partidos políticos atendem prioritariamente às questões que, a seu ver, permitem a melhoria das condições económicas e sociais do eleitorado, o que lhes proporciona vantagens de cariz imediatista. Reconhecem o afloramento de questões preocupantes como sejam o terrorismo, ou, como se passa entre nós, com o desastre dos fogos florestais, mas sabem que a opinião pública só se mobiliza verdadeiramente quando a insegurança lhes bate à porta.

Os riscos e ameaças existenciais que verdadeiramente põem em causa Portugal como o entendemos, a Europa onde nos integramos e a vivência democrática ocidental que partilhamos, não são, ou não parecem ser, preocupação de maior. Mas, o que é uma realidade indesmentível, conquanto politicamente incorreta, é que se o mundo não está mais perigoso pelo menos parece. De facto, as assimetrias demográficas da Europa, da Ásia ou de África e a sua previsível evolução, as alterações climáticas, os extremismos, a proliferação nuclear, a não coincidência entre as nações e os Estados e a esgrima de poder entre as grandes potências, continuam e continuarão a expressar-se, potenciados pela ocorrência da reversão relativa de lideranças, mundiais ou regionais, que são hoje já evidentes.

Ora, tudo isto não parece merecer uma preocupação estrutural do Estado. Pelo contrário, tem-se verificado um alheamento da questão traduzido numa quebra de laços de cidadania entre a Nação e as Forças Armadas, resultante de uma desinformação institucional e de desinteresse, ou mesmo de desconhecimento, do poder político sobre a correlação entre os vetores militares e não militares da Defesa Nacional (máxime a não elaboração da Diretiva Governamental da Defesa Nacional) a que se aliou, no restrito âmbito da questão que estamos a tratar, o fim da conscrição desde 2004 e a conseqüente prestação, em tempo de Paz, do serviço militar baseado no voluntariado.

Como bem afirmou o Senhor General Ramalho Eanes, que conhece como ninguém estas questões, “as Forças Armadas foram colocadas num gueto” e, sendo assim, não se estranhe por parte da sociedade dita civil um claro alheamento e indiferença relativamente às questões de Defesa e das Forças Armadas.

Entre os portugueses apenas aqueles que têm, ou tiveram, uma ligação à vida militar (militares de carreira, alguns dos que prestaram serviço nos regimes de voluntariado e de contrato, ou mesmo os que cumpriram serviço militar obrigatório, os que combateram nas ex colónias e os que prestam serviço nas forças especiais) é que hoje se identificam com a instituição.

Para muitos dos demais, sem opinião ou com opinião orientada, as Forças Armadas ou lhes são indiferentes, ou dispensáveis, anacrónicas, ou mesmo perniciosas e antidemocráticas.

A sociedade hedonista prevalece hoje, mas não subsistirá no tempo ou porque se desintegrará por impossibilidade de sustentação, mesmo de subsistência básica, ou porque a força dos factos o imporá.

Naquela vertente facilitista dos direitos sem deveres, nada mais adequado do que as juventudes partidárias terem imposto o fim da conscrição. A corrente populista de então transformou por inteiro a relação do indivíduo com a instituição, que passou a ter como matriz essencial uma relação de interesse e não uma relação de dever e cidadania. O pressuposto inútil da conscrição, seria ainda potenciado pela adoção de um período de SMO de 4 meses, em que as tarefas possíveis de executar pelos mancebos eram de carácter menor, e mesmo consideradas desprestigiadas.

O modelo de recrutamento militar criado em 1999 como resposta ao regime de Contrato e de Voluntariado (RC/RV) foi tornado ineficaz a partir de 2012, basicamente devido ao encerramento dos centros de recrutamento e de gabinetes de divulgação e à aleatoriedade das incorporações, situações que ainda mais afastaram as Forças Armadas da sociedade.

O recurso ao Dia da Defesa Nacional aliado a uma inscrição através da internet, que curiosamente tem o seu pico de utilização a altas horas da madrugada, não correspondeu às expectativas, porque o afastamento e mesmo a descredibilização provocada por intenções de ingresso anunciadas e não concretizadas, facilmente se disseminou entre o universo de recrutamento. De notar que, num inquérito realizado 60% dos inquiridos consideravam o DDN como “um dia perdido” número ainda excedido, sempre que se consideravam as respostas oriundas de meios economicamente mais favorecidos, o que evidencia o fracasso da experiência como catalisador do interclassismo social.¹

Desde que foi instaurado o regime democrático em Portugal, têm vindo a verificar-se sucessivas reduções dos efetivos das Forças Armadas; se existiam cerca de 80.000 militares em 1993-1995, os menos de 25.000 de hoje materializam uma redução de mais de 60% em duas décadas e não preenchem as necessidades do Sistema de Forças aprovado.

Densificando o assunto na proximidade temporal, a evolução dos efetivos desde 2010 (a dita “Reforma 2020” previa um efetivo de cerca de 30.000 que o recrutamento de modo algum conseguia satisfazer) denota uma redução global de cerca de 29% (35223 para 24996) mais especificamente de -22.5% na Marinha, de -33.4% no Exército e de -27.3% na Força Aérea.

¹ In Revista Militar nº1 Janeiro de 2018. Elementos não coincidentes com o Inquérito do MDN (2017) relativo ao assunto em que o desinteresse para ingressar nas FA's após o DDN varia entre 30% (escolaridade obrigatória) e 62%(ensino superior)

Esta situação é insustentável e incompatível com umas Forças Armadas eficientes ou eficazes. Atualmente, e isto poderá variar de Ramo para Ramo, serão capazes de operar sustentadamente em operações de baixa intensidade, mas não o poderão fazer em graus superiores de conflitualidade.

A preparação apressada e o treino inadequado, afetam o sentido de dever por parte do pessoal, potenciam os riscos a título individual, ou da unidade, devido à ineficaz utilização dos equipamentos e sistemas de armas e devem ser, é imperativo que sejam, motivo de grande preocupação por parte do poder político como já o são - embora discretamente publicitadas - por parte das chefias militares.

Convirá notar que o objetivo deste debate se cinge apenas às questões associadas aos Recursos Humanos. Contudo, não se pode ignorar que as Forças Armadas constituem um sistema de que não se podem dissociar os recursos financeiros disponibilizados, em que a situação é igualmente grave. Para o constatar, bastará referir que a concretização das Leis de Programação Militar e dos Objetivos de Força tem sido diminuta - da ordem de 40% na última década...

Não se podem escamotear as dificuldades económico-financeiras que nos têm vindo a afetar e as restrições impostas pelos Pactos de Estabilidade e Crescimento e de intervenção da Troika até 2016. E se a redução de recursos financeiros neste período específico se poderá, de algum modo, compreender, mesmo na assimetria com outros sectores do Estado, a dualidade de critérios é patente: as modificações estruturais, estatutárias, na saúde e na assistência e proteção social refletem uma degradação inaceitável que é necessário urgentemente reverter.

A título ilustrativo, apenas alguns e sintomáticos indicadores baseados nas estatísticas publicadas pela Direcção Geral da Administração e Emprego Público, atualizados a 15 de Abril de 2017 relativos ao período 2011-2016: os efetivos foram reduzidos em cerca de 20% em contraponto por exemplo com as Forças de Segurança que estabilizaram, e a remuneração média mensal dos militares da Guarda Nacional Republicana e dos Agentes da Polícia de Segurança Pública é cerca de 23% superior à dos militares das FFAA que, por sua vez, se situam 24% abaixo da média dos servidores de Estado².

Tudo o que já foi dito, aliado às circunstâncias particularmente duras da vida militar (esforço físico e mental, sacrifício solidário, instalações degradadas, regras impositivas a cumprir, baixos salários, isolamento e ausências, etc...) muito diferentes do que hoje se exige à sociedade civil e à juventude em particular, que, em regra, rapidamente aderiu ao sentir hedonista da sociedade, conduziram a uma situação que é insustentável nas Forças Armadas e que requer cuidada e urgente avaliação política em relação ao futuro .

Há que afirmar, sem hesitações, que me parece inadmissível uma situação em que (estatística do INE de Outubro de 2016) a geração designada por "nem-nem" (não trabalham nem estudam) entre os 15 e os 34 anos, se cifra em mais de 300.000 cidadãos.... e que destes, adicionalmente, não procuram emprego mais de 130.000!

É para todos óbvio que esta realidade não pode subsistir por muito tempo. Bem sei que não se encontra no âmbito deste seminário encontrar soluções para tão grave problema, mas se e o

² Os elementos relativos à assimetria de vencimentos necessitam de uma densificação analítica

refiro, é apenas para sublinhar junto do poder político esta gravíssima situação e para evidenciar que, no âmbito restrito da problemática associada às dificuldades de recrutamento com que se debatem as Forças Armadas, o universo possível existe com absoluta suficiência.

Se afastarmos a hipótese de deixar tudo como está, hipotecando mais o presente e o futuro do serviço indispensável que as Forças Armadas devem prestar a Portugal e aos portugueses, não encontro alternativa para além das duas hipóteses que passo a referir:

Melhorar muito significativamente as condições oferecidas ao universo a recrutar, designadamente através de incentivos financeiros, de vivência e de prestígio, aliando tudo isto a uma campanha de informação "profissional".

Reintroduzir alguma forma de conscrição, começando por uma configuração de "Serviço Cívico", - na minha opinião - uma prestação flexível de profissionais, voluntários e conscritos aliada a incentivos atualizados às circunstâncias prevaletentes na sociedade, efetuando, além disso, uma campanha informativa adequada.

É claro que esta última hipótese terá alguns custos eleitorais, que a métrica de marketing certamente avaliará, mas à Política com letra grande caberá servir Portugal sem cuidar de recompensa...

Fernando J. R. de Melo Gomes

Alm(r)